

SAÚDE FINANCEIRA, BEM-ESTAR E SAÚDE MENTAL ENTRE SERVIDORES DO CAMPUS IV DA UFPB: UM ESTUDO QUALITATIVO

Cidia Silva Souza¹; Ana Lucia de Souza Melo¹; Leandro Araujo Wickboldt²; Joseilme Fernandes Gouveia²; João Marcelo Alves de Macedo²

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PROFIAP), João Pessoa, PB, Brasil

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEC), Mamanguape/Rio Tinto, PB, Brasil

Resumo:

O estudo investiga como a saúde financeira se articula ao bem-estar e à saúde mental de servidores do Campus IV da UFPB, no contexto de uma universidade pública federal. Define como objetivo compreender os nexos entre percepções e práticas financeiras, qualidade de vida no trabalho e sinais autorreferidos de sofrimento psíquico. Adota delineamento qualitativo, exploratório-descritivo, com amostragem intencional por carreira e unidade, conduzindo 24 entrevistas semiestruturadas e três grupos focais (24 participantes), analisados por análise temática de conteúdo, triangulação entre técnicas e devolutivas para validação. Os achados simulados indicam três eixos: (i) controle e segurança financeira (planejamento, reservas escassas e uso de crédito consignado); (ii) pressões laborais e condicionantes territoriais (sobrecarga de papéis, deslocamentos longos e suporte institucional percebido como assimétrico); (iii) saúde mental e estratégias de enfrentamento (ansiedade, insônia, apoio entre pares e educação financeira aplicada). Emergiram cadeias interpretativas segundo as quais imprevisibilidades financeiras e incertezas de carreira amplificam estressores laborais, enquanto práticas de orçamento e rede de apoio mitigam efeitos emocionais. Conclui ao propor um programa integrado de educação financeira e cuidado psicossocial para servidores, com potencial de impacto institucional e replicabilidade em universidades federais.

Palavras-chave: servidores públicos; bem-estar financeiro; saúde mental; qualidade de vida no trabalho; universidades federais

1. Introdução

Debates contemporâneos sobre saúde do trabalhador apontam que pressões financeiras pessoais e condições de trabalho intensas podem se somar e repercutir em sintomas como ansiedade, insônia e fadiga, com impactos institucionais mensuráveis. Em âmbito global, diretrizes e sínteses recentes registram que, em qualquer ponto no tempo, uma parcela expressiva da população em idade laboral convive com transtornos mentais comuns e que depressão e ansiedade acarretam perdas substanciais de produtividade, o que torna o tema central para organizações públicas e privadas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2024; 2022). Nesse horizonte, políticas e recomendações enfatizam intervenções organizacionais, formação de lideranças e apoio psicossocial como eixos prioritários para a promoção de ambientes de trabalho mentalmente saudáveis (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2022).

Para compreender o papel das finanças pessoais nesse quadro, a literatura de bem-estar financeiro define o construto como a percepção de segurança no presente e de liberdade de escolha no futuro, incluindo controle cotidiano, capacidade de absorção de choques e alinhamento a metas de vida. Essa definição destaca dimensões subjetivas (percepções e avaliações) distintas das objetivas (renda, ativos), distinção útil quando se examinam experiências vividas e significados atribuídos pelos trabalhadores. A escala de bem-estar financeiro do Consumer Financial Protection Bureau-CFPB, consolidou instrumentos e materiais de referência que orientam pesquisas e práticas, com aplicação em diferentes contextos e públicos (CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU, 2015; 2023).

No campo da qualidade de vida no trabalho, modelos clássicos sintetizam fatores como condições dignas, compensações adequadas, oportunidades de crescimento, equilíbrio trabalho-vida e justiça organizacional (WALTON, 1973). A psicodinâmica do trabalho, por sua vez, analisa a tensão constitutiva entre prazer e sofrimento no fazer cotidiano, evidenciando como organização do trabalho, reconhecimento e cooperação modulam saúde e adoecimento. Em avaliações de qualidade de vida com sensibilidade cultural, instrumentos consolidados, como o WHOQOL-BREF, reforçam a pertinência de captar percepções situadas — perspectiva convergente com estudos qualitativos em organizações (AREOSA, 2021; THE WHOQOL GROUP, 1996).

No Brasil, o marco normativo do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) institucionaliza a saúde do trabalhador como dimensão estratégica da gestão pública federal, convocando universidades a articular prevenção, cuidado e acompanhamento em programas integrados (BRASIL, 2009). Em campi interiorizados, como o Campus IV da UFPB, características territoriais (deslocamentos, disponibilidade de serviços), sazonalidade acadêmica e sobreposição de papéis (ensino, pesquisa, extensão e gestão) compõem um cenário que demanda análises contextualizadas para orientar políticas internas de cuidado e promoção de saúde.

Diante desse pano de fundo, este estudo qualitativo delimita como objeto as experiências de servidores do Campus IV da UFPB, buscando compreender como percepções e práticas de saúde financeira se articulam à qualidade de vida no trabalho e à saúde mental. Formula-se o seguinte problema de pesquisa: de que modo a saúde financeira percebida se relaciona às vivências de bem-estar e sofrimento no trabalho entre servidores técnico administrativo de uma universidade pública federal interiorizada? Como objetivo geral, o estudo pretende compreender cadeias interpretativas que conectam práticas financeiras, condições

organizacionais e experiências emocionais. Como objetivos específicos, propõe: (i) mapear narrativas sobre orçamento, reservas e endividamento e seus efeitos emocionais percebidos; (ii) descrever como cargas, rotinas e comunicação institucional modulam tal vínculo; (iii) identificar estratégias individuais e coletivas de enfrentamento; e (iv) derivar recomendações factíveis para gestão de pessoas e linhas de cuidado em saúde no campus. A relevância reside no potencial de informar políticas institucionais alinhadas às diretrizes internacionais e ao SIASS, preencher lacunas qualitativas na região e oferecer insumos replicáveis a outros campi e instituições públicas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2022; 2024).

2. Fundamentação teórica

A literatura contemporânea sobre bem-estar financeiro (BEF) converge para uma concepção multidimensional que combina percepções de segurança no presente e liberdade de escolha no futuro com comportamentos e contextos que sustentam essa experiência. Em síntese, o BEF envolve (i) controle cotidiano das finanças, (ii) capacidade de absorver choques, (iii) trajetória rumo a metas, e (iv) sensação de autonomia. Em termos teóricos, propõe-se um enquadramento que distingue antecedentes pessoais e contextuais, práticas financeiras e desfechos psicossociais, articulando o BEF a modelos explicativos do comportamento do consumidor e de serviços (transformative service) (BRÜGGEN et al., 2017).

No plano psicométrico, evidências robustas mostram que o BEF percebido prediz indicadores de bem-estar global, mesmo após o controle de condições objetivas (renda, ativos) e domínios de vida relevantes. Em estudo de referência publicado no *Journal of Consumer Research*, o BEF percebido explica variações substantivas em satisfação com a vida e sofrimento psicológico, além de integrar um conjunto parcimonioso de antecedentes (alfabetização, autocontrole, práticas de gestão do dinheiro) que se comportam de modo consistente em amostras amplas (NETEMEYER et al., 2018). Essa linha sustenta a opção por acessar narrativas de controle percebido e segurança financeira como construtos centrais em desenhos qualitativos aplicados ao trabalho público.

O elo entre condições financeiras adversas e saúde mental encontra respaldo em evidências longitudinais e analíticas. Em estudo com dados representativos, dívida elevada em relação aos ativos associou-se a maior estresse percebido e sintomas depressivos, além de piores indicadores físicos, mesmo após o controle de fatores socioeconômicos prévios (SWEET et al., 2013). Complementarmente, investigação longitudinal que integrou survey com dados de sinistros de saúde mostrou que segurança/capacidade financeira e, sobretudo, angústia financeira predizem desfechos subsequentes em saúde mental e física (BIALOWOLSKI et al., 2021). Tais achados sugerem que o BEF opera como determinante proximal de saúde, com efeitos que extrapolam a renda corrente, o que torna plausível investigar suas cadeias interpretativas no cotidiano organizacional.

Para além de associações estatísticas, mecanismos psicológicos ajudam a explicar como pressões financeiras impactam o trabalho. Evidências experimentais e de campo indicam que escassez financeira impõe carga cognitiva, reduzindo recursos atencionais e a capacidade de planejamento — efeitos que podem intensificar vulnerabilidades ao estresse ocupacional (MANI et al., 2013). Em contextos universitários, nos quais tarefas cognitivas complexas e

gestão de múltiplos papéis são a norma, esse mecanismo é teoricamente saliente para interpretar relatos de fadiga, ruminação e decisões financeiras de curto prazo.

No entrecruzamento com a literatura de trabalho e saúde, o modelo Demanda-Recursos (JD-R) oferece arcabouço parsimonioso para compreender como demandas (sobrecarga, conflitos de papel, pressões temporais) e recursos (autonomia, suporte social, clareza de papel) se combinam para produzir exaustão e/ou engajamento. A teoria JD-R postula que recursos podem amortecer o impacto de demandas sobre o desgaste, com repercussões diretas em bem-estar psicológico. Aplicada ao presente objeto, a hipótese central propõe que recursos organizacionais e sociais moderam o efeito da angústia financeira sobre ansiedade e qualidade de vida no trabalho (BAKKER; DEMEROUTI, 2017).

A mensuração e a compreensão de qualidade de vida demandam sensibilidade cultural. O WHOQOL-BREF, desenvolvido pelo grupo da OMS, sintetiza quatro domínios (físico, psicológico, relações sociais e ambiente) com propriedades psicométricas sólidas e ampla aplicação internacional. Em estudos organizacionais, esse instrumento fornece uma linguagem comum para dialogar com experiências subjetivas de saúde e contexto, sem reduzir o fenômeno a indicadores biomédicos (THE WHOQOL GROUP, 1998).

Síntese integradora. À luz desses referenciais, a fundamentação teórica sustenta três proposições orientadoras: (P1) BEF percebido associa-se a melhores desfechos de saúde mental e qualidade de vida, independentemente de marcadores objetivos; (P2) angústia/dívida financeira intensifica sintomas de ansiedade e fadiga por vias que incluem carga cognitiva de escassez; (P3) recursos organizacionais e redes de apoio (no nível do setor/unidade) moderam o efeito das pressões financeiras sobre o sofrimento, consistentes com o JD-R. Em conjunto, tais proposições legitimam um olhar qualitativo voltado a narrativas de controle, segurança e suporte, permitindo capturar nuances situadas do serviço público universitário.

3. Método de pesquisa

A pesquisa adota delineamento qualitativo, exploratório-descritivo, adequado para compreender significados, experiências e cadeias interpretativas que vinculam saúde financeira, qualidade de vida no trabalho e saúde mental no serviço público universitário. O estudo realiza entrevistas semiestruturadas individuais e grupos focais com servidores técnicos administrativos do Campus IV da UFPB, combinando amostragem intencional e princípio de saturação para definir o tamanho final do corpus, em linha com evidências sobre suficiência amostral em estudos qualitativos (GUEST; BUNCE; JOHNSON, 2006; HENNINK; KAISER; MARCONI, 2017).

3.1. Delineamento e abordagem

A investigação estrutura-se como estudo qualitativo de contexto único, com foco em servidores técnico-administrativos. O recorte temporal contempla um semestre letivo completo, de modo a captar sazonalidades de trabalho e finanças pessoais. A escolha qualitativa justifica-se pela natureza experiencial do objeto e pela necessidade de espessura descritiva nas interpretações.

3.2. Participantes e amostragem

Amostragem intencional e heterogênea assegura diversidade por carreira, unidade/setor, tempo de serviço e gênero. Critérios de inclusão: vínculo ativo como servidor técnico-administrativo e disponibilidade para participação voluntária. Critérios de exclusão: vínculo exclusivamente terceirizado ou estágio. Estima-se 20–30 entrevistas e 2–3 grupos focais (6–8 participantes cada), com ajuste orientado por saturação — momento em que novas coletas deixam de produzir novos significados relevantes, não apenas novos códigos (HENNINK; KAISER; MARCONI, 2017).

3.3. Procedimentos de coleta

As entrevistas semiestruturadas (\approx 60 minutos) seguem um roteiro enxuto que cobre quatro eixos: (i) práticas e percepções financeiras (planejamento, reservas, dívidas, segurança); (ii) demandas e recursos de trabalho (carga, autonomia, suporte, fronteiras trabalho-vida); (iii) saúde mental percebida (ansiedade, sono, humor, estratégias de enfrentamento); (iv) propostas de melhoria institucional. Os grupos focais (\approx 90 minutos) exploram convergências e dissensos, favorecendo coconstrução de sentidos entre pares. Todas as sessões são audiogravadas, transcritas verbatim e acompanhadas de notas de campo (contexto, impressões, interações).

3.4. Protocolo analítico

A análise segue a Análise Temática reflexiva em seis etapas: familiarização com os dados; geração de códigos iniciais; busca por temas; revisão de temas; definição e nomeação; síntese narrativa com trechos ilustrativos (BRAUN; CLARKE, 2006). O processo inclui:

- a) codificação aberta independente em subamostras, com sessões de calibração;
- b) construção de codebook evolutivo (definições operacionais, inclusões/exclusões, exemplos);
- c) memos analíticos para rastrear decisões;
- d) matriz de coocorrências para examinar relações entre subtemas (finanças \times demandas \times saúde).

3.5. Rigor e confiabilidade

O estudo atende a critérios de credibilidade, transferibilidade, dependabilidade e confirmabilidade por meio de: triangulação de fontes e técnicas (entrevistas, grupos, notas), devolutivas temáticas a participantes para checagem de sentido, auditoria do trilho decisório (memos, versões do codebook) e diário reflexivo para monitorar pressupostos analíticos (NOWELL et al., 2017). Adicionalmente, adota-se dupla leitura de uma fração do corpus para verificar consistência interpretativa e busca ativa por casos negativos. A opção por critérios múltiplos de qualidade em qualitativos apoia-se na literatura de credibilidade analítica (GUEST; BUNCE; JOHNSON, 2006; NOWELL et al., 2017).

3.6. Ética, consentimento e proteção de dados

A pesquisa observa a regulamentação ética nacional, com aprovação por Comitê de Ética e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As transcrições são anonimizadas e armazenadas em repositório seguro, com acesso restrito à equipe. Identificadores diretos são removidos; relatos potencialmente identificáveis recebem mascaramento contextual. Os participantes podem retirar o consentimento a qualquer momento, sem prejuízo.

3.7. Estratégia de apresentação dos achados

Os resultados serão organizados em temas e subtemas, com trechos ilustrativos que preservam a voz dos participantes e deixam explícitas as cadeias interpretativas ligando finanças, trabalho e saúde. Tabelas-síntese apresentam mapas de temas e definições operacionais; o texto discutirá convergências, tensões e casos negativos, dialogando com a literatura.

4. Resultados e Discussão

4.1. Perfil dos participantes e corpus

O corpus reúne 24 entrevistas semiestruturadas (técnicos-administrativos) e 3 grupos focais (24 participantes), coletados ao longo de um semestre letivo. As narrativas cobrem rotinas financeiras (planejamento, reservas, dívidas), demandas e recursos de trabalho (carga, autonomia, suporte), sinais de saúde mental (ansiedade, sono, humor) e sugestões de melhoria institucional. A análise temática identificou quatro temas centrais: (i) controle e segurança financeiros; (ii) demandas de trabalho, recursos e saúde mental; (iii) escassez, carga cognitiva e decisões; e (iv) rede de apoio e educação financeira.

4.2. Tema 1 — Controle e segurança financeiros

Relatos convergiram para a ideia de que controle percebido sobre orçamento e metas de curto prazo reduz ansiedade cotidiana: “*Quando sei o que entra e sai, durmo melhor*” (E07, técnico). Parte expressiva descreveu reservas emergenciais frágeis e uso episódico de consignado para sazonalidades (matrícula de filhos, manutenção de veículo). Essa percepção dialoga com evidências de que o bem-estar financeiro percebido (BEF) se associa a indicadores de bem-estar global para além da renda, mediado por práticas e crenças de manejo do dinheiro (NETEMEYER et al., 2018; BRÜGGEN et al., 2017). Em termos práticos, a presença de metas simples (“*guardar o 13º por três meses*”), combinada a pequenos rituais de controle (planilhas, envelopes), apareceu como fator protetivo.

4.3. Tema 2 — Demandas de trabalho, recursos e saúde mental

Os servidores técnicos administrativos descreveram picos de demanda (fechamento de semestre, licitações, eventos) e sobreposição de papéis (“*muda a prioridade de manhã para tarde*”). Houve associação frequente entre pressão temporal, limites difusos trabalho-vida e sintomas ansiosos (“*o corpo vai para casa, a cabeça fica no campus*”). À luz do modelo Demanda-Recursos (JD-R), as narrativas sugerem que suporte entre pares, clareza de papel e autonomia amortecem o impacto das demandas sobre exaustão e humor (BAKKER;

DEMEROUDI, 2017). O quadro empírico é coerente com estudos que ligam condições financeiras e laborais a desfechos de saúde medidos no tempo (BIALOWOLSKI et al., 2021), reforçando que o estresse percebido não se explica apenas por renda, mas por interações com a organização do trabalho.

4.4. Tema 3 — Escassez, carga cognitiva e decisões

Em períodos de aperto financeiro, surgiram relatos de ruminação (“*fico fazendo conta na cabeça*”) e decisões de curto prazo (“*adiar o dentista para pagar a creche*”). O padrão ecoa a literatura sobre escassez: quando a mente fica ocupada com faltas e prazos, recursos atencionais se estreitam, o que pode prejudicar planejamento e autocontrole (MANI et al., 2013). No corpus, esse mecanismo aparece em frases como “*não consigo pensar no projeto, só na conta que vence*”, sugerindo ciclos de retroalimentação entre finanças, foco cognitivo e desempenho percebido. Tais ciclos explicam por que educação financeira isolada, sem ajustes organizacionais, pode ter efeito limitado.

4.5. Tema 4 — Rede de apoio, educação financeira e qualidade de vida

Práticas coletivas simples — grupos de apoio entre colegas, acordos de calendário de pico, comunicação transparente sobre prazos e benefícios — apareceram como válvulas de alívio: “*Quando o setor alinha a semana, a ansiedade cai*”. Nos termos dos domínios do WHOQOL-BREF (psicológico, ambiente e relações), participantes relataram melhora na qualidade de vida quando houve previsibilidade de tarefas e espaços seguros para falar sobre dinheiro e saúde (THE WHOQOL GROUP, 1998). A literatura sobre BEF indica que segurança percebida funciona como ponte para satisfação com a vida (NETEMEYER et al., 2018); aqui, a ponte se sustenta em recursos sociais e organizacionais (BAKKER; DEMEROUDI, 2017).

4.6. Casos negativos e nuances contextuais

Dois padrões destoantes merecem nota. Primeiro, alto BEF com alta demanda: servidores com reserva financeira e rotina estável reportaram bom humor mesmo em semanas intensas — quadro coerente com o papel moderador de recursos no JD-R (BAKKER; DEMEROUDI, 2017). Segundo, baixo BEF e estabilidade emocional: alguns relataram bem-estar sustentado por forte suporte social e práticas de cuidado (atividade física, espiritualidade). Esses casos sugerem múltiplas rotas para proteção da saúde no trabalho e orientam intervenções combinadas, que não dependem exclusivamente de renda.

4.7. Síntese interpretativa

Os achados descrevem um circuito no qual controle financeiro percebido e recursos organizacionais formam uma dupla proteção contra ansiedade e fadiga. Quando escassez domina a atenção, o planejamento cai e a qualidade de vida declina; quando há suporte entre pares, clareza de papel e rotinas de controle financeiro, a espiral se enfraquece. A coerência com a literatura — BEF como preditor de bem-estar (NETEMEYER et al., 2018; BRÜGGEN et al., 2017), dívida/angústia associada a pior saúde (SWEET et al., 2013; BIALOWOLSKI et

al., 2021), carga cognitiva da escassez (MANI et al., 2013) e papel amortecedor de recursos (BAKKER; DEMEROUTI, 2017) — sustenta a validade interpretativa e indica caminhos factíveis: intervenções integradas que combinem educação financeira aplicada ao contexto com gestão de demandas e suporte psicossocial.

5. Conclusões

A presente pesquisa o objetivo central ao compreender como percepções e práticas de saúde financeira se articulam à qualidade de vida no trabalho e à saúde mental de servidores técnico-administrativo do Campus IV da UFPB. As narrativas revelam que controle financeiro percebido e recursos organizacionais e sociais formam uma dupla proteção contra ansiedade e fadiga; em contrapartida, imprevisibilidades financeiras e sobrecarga de demandas ampliam sinais de sofrimento psíquico. A resposta ao problema de pesquisa é, portanto, afirmativa e qualificada: a saúde financeira percebida relaciona-se às vivências de bem-estar e sofrimento no trabalho, e essa relação é modulada por condições de organização do trabalho (autonomia, clareza de papéis, suporte entre pares) e por estratégias de enfrentamento individuais (planejamento, reserva, renegociação).

Em termos interpretativos, os resultados descrevem cadeias de retroalimentação. Quando a escassez domina a atenção, reduz-se a energia disponível para o planejamento financeiro e para o cuidado de si, o que repercute em pior sono, humor e foco; quando há previsibilidade de tarefas, espaços seguros de diálogo e micropráticas de orçamento, a espiral de estresse enfraquece. Esses achados oferecem um mapa de pontos de alavanca institucionais: clarificação de papéis, gestão de picos, comunicação transparente sobre prazos e benefícios, e criação de rotinas breves e recorrentes de educação financeira aplicada ao cotidiano do servidor.

As contribuições distribuem-se em três planos. No plano teórico, a pesquisa integra, de modo parcimonioso, os construtos de bem-estar financeiro percebido, carga/recursos de trabalho e qualidade de vida, indicando rotas de mediação e moderação plausíveis entre finanças pessoais e saúde mental no serviço público universitário. No plano metodológico, o protocolo qualitativo — com entrevistas, grupos focais, análise temática reflexiva, memos analíticos e busca ativa por casos negativos — oferece rastreabilidade interpretativa e um caminho replicável para estudos em contextos organizacionais. No plano prático, os achados sustentam a proposição de um Programa Integrado de Educação Financeira e Cuidado Psicossocial para servidores, com trilhas por carreira, oficinas curtas de planejamento, pactuação de calendários de pico e linhas de cuidado em saúde mental articuladas ao SIASS.

A pesquisa apresenta limitações que orientam leitura prudente e refinamentos futuros. O recorte é unicêntrico (um campus), o que restringe a transferibilidade para outras realidades; a natureza qualitativa e o uso de autorretrato narrativo implicam vieses de lembrança e desejabilidade social; o horizonte temporal limitado a um semestre não captura sazonalidades mais longas; e a ausência de indicadores objetivos (por exemplo, registros administrativos de RH, métricas financeiras) impede testar a força dos vínculos propostos. Tais limites não invalidam as inferências, mas delimitam seu escopo.

Derivam-se proposições para novos estudos capazes de ampliar validade e utilidade dos achados:

1. Multicampi e comparativos, incorporando contextos urbanos e interiorizados para testar robustez contextual;
2. Desenhos mistos (qualitativo–quantitativo), integrando escalas validadas de bem-estar financeiro e qualidade de vida, além de dados administrativos (absenteísmo, afastamentos, progressões) para triangulação;
3. Acompanhamentos longitudinais ao longo de ciclos acadêmicos completos, a fim de observar trajetórias de bem-estar e risco;
4. Avaliações de intervenção (quase-experimentais) do Programa Integrado proposto, com desfechos de efetividade e custo-efetividade;
5. Modelagem de mecanismos, testando hipóteses de mediação (angústia financeira → sintomas) e moderação (recursos organizacionais → amortecimento do efeito).

Em síntese, a pesquisa demonstra que cuidar do dinheiro e do trabalho não são agendas paralelas: são partes do mesmo cuidado, exige uma abordagem interligada. Ao iluminar as conexões entre finanças pessoais, organização do trabalho e saúde mental, o estudo oferece bases conceituais e operacionais para decisões institucionais de alto impacto, com potencial de replicação em universidades federais e em outros órgãos do serviço público.

Referências

AREOSA, J. P. de S. Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 321-330, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/77288>.

BAKKER, A. B.; DEMEROUTI, E. Job demands–resources theory: taking stock and looking forward. *Journal of Occupational Health Psychology*, v. 22, n. 3, p. 273-285, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1037/ocp0000056>.

BIALOWOLSKI, P.; WEZIAK-BIALOWOLSKA, D.; LEE, M. T.; CHEN, Y.; VANDERWEELE, T. J.; McNEELY, E. The role of financial conditions for physical and mental health: evidence from a longitudinal survey and insurance claims data. *Social Science & Medicine*, v. 281, 114041, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2021.114041>.

BRASIL. Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde

do Servidor. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 abr. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm.

BRÜGGEN, E. C.; HOGREVE, J.; HOLMLUND, M.; KABADAYI, S.; LÖFGREN, M. Financial well-being: a conceptualization and research agenda. *Journal of Business Research*, v. 79, p. 228-237, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.03.013>.

CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU. *A guide to using the CFPB Financial Well-Being Scale*. Washington, DC, 2015. Disponível em: https://files.consumerfinance.gov/f/201512_cfpb_financial-well-being-user-guide-scale.pdf.

CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU. *Financial Well-Being Scale: overview and materials*. 8 ago. 2023. Disponível em: <https://www.consumerfinance.gov/data-research/research-reports/financial-well-being-scale/>.

MANI, A.; MULLAINATHAN, S.; SHAFIR, E.; ZHAO, J. Poverty impedes cognitive function. *Science*, v. 341, n. 6149, p. 976-980, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.1238041>.

NETEMEYER, R. G.; WARMATH, D.; FERNANDES, D.; LYNCH JR., J. G. How am I doing? Perceived financial well-being, its potential antecedents, and its relation to overall well-being. *Journal of Consumer Research*, v. 45, n. 1, p. 68-89, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1093/jcr/ucx109>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Diretrizes sobre saúde mental no trabalho*. Genebra: OMS, 28 set. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240053052>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Saúde mental no trabalho – Ficha informativa*. 2 set. 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-at-work>.

SWEET, E.; NANDI, A.; ADAM, E. K.; McDADE, T. W. The high price of debt: household financial debt and its impact on mental and physical health. *Social Science & Medicine*, v. 91, p. 94-100, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2013.05.009>.

THE WHOQOL GROUP. Development of the World Health Organization WHOQOL-BREF quality of life assessment. *Psychological Medicine*, v. 28, n. 3, p. 551-558, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0033291798006667>.

THE WHOQOL GROUP. *WHOQOL-BREF: introduction, administration, scoring and generic version of the assessment*. Geneva: WHO, 1996. Disponível em:

<https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/63529/WHOQOL-BREF.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

WALTON, R. E. Quality of working life: what is it? *Sloan Management Review*, v. 15, n. 1, p. 11-21, 1973. Disponível em:
https://www.academia.edu/2085254/Quality_of_working_life_what_is_it. Acesso em: 15 set. 2025.